

Influência pombalina na morfologia urbana de São Luís do Maranhão

Margareth Figueiredo

Uema

Resumo

São Luís do Maranhão possui um significativo acervo arquitetônico, histórico e urbanístico, remanescente dos séculos XVIII e XIX, época de prosperidade econômica do estado, por meio da agroexportação do arroz e algodão. Pela sua relevância, o centro histórico de São Luís foi inscrito, em dezembro de 1997, na lista de bens do Patrimônio Mundial da Unesco. Na paisagem urbana do centro histórico, destaca-se a arquitetura civil dos sobrados e solares do bairro da Praia Grande, que apresentam, na composição da fachada, fortes traços de influência da arquitetura produzida na reconstrução da Baixa Pombalina, após o terremoto de Lisboa em 1755. O presente artigo tem como objetivo apresentar um estudo sobre influência pombalina na morfologia urbana de São Luís do Maranhão. A abordagem metodológica para o desenvolvimento da presente pesquisa constou de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, em que se recolheram dados sobre o casario da Baixa Pombalina e de São Luís do Maranhão, complementados com uma pesquisa documental nos órgãos públicos locais e regionais. Com a sistematização, análise e interpretação de toda a informação recolhida, pretende-se contribuir para a sua valorização e para a criação de dados que auxiliem a definição de estratégias adequadas à sua preservação.

Palavras-chave: morfologia urbana; pombalino; patrimônio.

Abstract

São Luís of the Maranhão has a significant architectural, historical and urban, the remaining assets of the eighteenth and nineteenth centuries, a period of economic prosperity of the State by rice and cotton agroexports. For their relevance to the historical center of São Luís was entered in December 1997, the list of World Heritage Unesco. The urban landscape of the historical center there is the civil architecture of the houses and the solar da Praia Grande neighborhood, showing the composition of the facade, strong traces of the influence of architecture produced in the reconstruction of downtown Lisbon after the earthquake of Lisbon in 1755. This paper aims to present a study of Pombal's influence on urban morphology of São Luís do Maranhão. The methodological approach for the development of this research consisted of a literature review and field research, where they collected data on the houses of downtown and the San Luis, supplemented with documentary research in local and regional government agencies. With the systematization, analysis and interpretation of all the information collected is intended to contribute to the enhancement and creation of data to assist in defining appropriate strategies for their preservation.

Keywords: urban morphology; Pombal; heritage.

Antecedentes históricos

No panorama econômico do Brasil, no período do século XVII até metade do XVIII, o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com a capital em São Luís, permaneceu entre as colônias portuguesas mais pobres. Em 1751, D. José I e seu primeiro-ministro

Sebastião José Carvalho e Melo, conde de Oeiras (1759) e futuro Marquês de Pombal (1770), com intuito de realizar a demarcação dos limites de terras e fortalecer o domínio português na Região Norte, transfere a capital para Belém e o nome do estado passa a ser Estado do Grão-Pará e Maranhão. Na ocasião, nomeou como governador-geral, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José Carvalho e Melo.

O governador-geral Mendonça Furtado, buscando alternativas para reverter à situação de decadência e pobreza do estado e atendendo também a uma reivindicação dos comerciantes de Lisboa, escreve para seu irmão, Sebastião José Carvalho e Melo, e lhe solicita uma representação junto ao Rei para a criação de uma companhia de comércio, com a finalidade de dinamizar a economia, tendo como base o fomento da agricultura. Dessa iniciativa surge a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (CGGPM), em junho de 1755, que concedia aos seus associados financiamento para aquisição de mão de obra escrava e ferramentas para a agricultura. Além do incentivo à produção agrícola, a Companhia facilitava a exportação por meio de navios, colocando dessa forma, o Maranhão no circuito internacional de exportação de produtos agrícolas, principalmente do algodão e arroz.

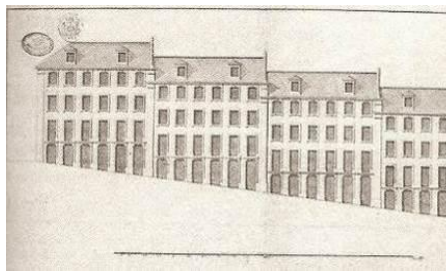
Influência pombalina na morfologia urbana de São Luís

O inovador plano urbanístico de reconstrução da Baixa Pombalina, após o terremoto de 1755, contribuiu para que Lisboa apontasse, no século XVIII, um novo modelo de cidade iluminista. A primeira influência que a arquitetura pombalina exerceu foi no “Porto, no âmbito da renovação urbana levada a cabo no tempo dos Almada, depois veio a Vila Real de Santo António, pela mão do próprio Marquês de Pombal, e, finalmente, todas as vilas e cidades do Reino” (MONTEIRO, 2005, p. 123), a exemplo de São Luís do Maranhão (Figura 1). O Plano da Baixa Pombalina

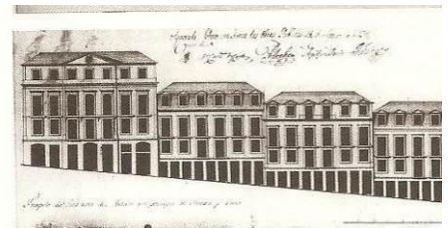
aponta para uma solução de renovação que, apesar de comprometida com a memória da cidade destruída, avança bem além do seu tempo e do limiar então reconhecido à utopia. Dá-se a aglutinação total entre Arquitectura e Urbanismo, sendo a cidade um organismo cujo controle ideológico exercido pelo desenho e pelos conceitos e aparelho jurídico que o suportam é absoluto. Daí nascerá não apenas uma cidade, mas também uma sociedade renovada. A qualidade de solução e o sucesso da renovação de Lisboa proporcionado pela catástrofe resultaram da *luz* emitida na rara fusão entre o *poder* e o *saber* (ROSSA, 2005, p. 73).

Em São Luís, a arquitetura civil, produzida desde meados do século XVIII até ao final do século XIX e classificada em 1998 pelos órgãos de preservação do Maranhão como estilo “tradicional português”, apresenta fortes influências do complexo sistema construtivo das edificações da reconstrução de Lisboa, na área conhecida como Baixa Pombalina, em referência à competente atuação do Marquês de Pombal.

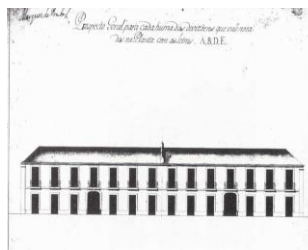
Num primeiro momento, registra-se, de acordo com Venâncio & Figueiredo (2008), que alguns fatos históricos contribuíram para influenciar a arquitetura da parte mais antiga da cidade de São Luís, com traços e feições pombalina. Entre eles, citam-se: a nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, para o cargo de governador-geral (1753) do Estado do Grão-Pará e Maranhão; a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão em 1755, que deu início ao período áureo da economia maranhense; a nomeação do sobrinho do Marquês de Pombal, Joaquim de Melo e Póvoas, para o cargo de governador da capitania do Maranhão (1761-1779), além do constante tráfego de navios entre São Luís e Lisboa, nos séculos XVIII e XIX.



(a)



(b)



(c)



(d)

Figura 1. Cidades iluministas – (a) Lisboa: Fachada da Travessa de Santa Justa (Lado Norte); (b) Porto: Fachada da Rua Nova de Santo António (Lado Sul); (c) Vila Real de Santo António; (d) São Luís do Maranhão: Fachadas da Rua de Nazaré. Fontes: (a) e (b) Mota, 2006; (c) Fidalgo, Grilo, & Santos (2010); (d) IPHAN/3ª SR.

No entanto, como a maioria das construções que apresentam características pombalinas em São Luís foram construídas no século XIX, após a morte do Marquês de

Pombal, considera-se, portanto, que essa relação do grau de parentesco dos dirigentes do Maranhão teria sido um primeiro contato de conhecimento da inovadora técnica construtiva adotada na reconstrução de Lisboa, pois a execução dos desenhos e alçados do 1º Plano da Baixa, elaborados na Casa do Risco, estendeu-se por mais de oitenta anos (1758-1846). Alguns viajantes comentaram a lentidão do processo de reconstrução:

[...] em 1774, ainda, um estrangeiro escreverá: «Os estragos do terramoto continuam a parecer recentes; a maior parte das ruas oferece ainda ruínas e demolições». Estávamos, então, perto do termo do consulado pombalino; mas, mesmo depois dele, os testemunhos concordam: acha um, em 1780, que o progresso da reconstrução «parece ser lento». E, já nos princípios do século seguinte, em 1806, Madame Junot via nas ruas da cidade «os escombros tal e qual tinham ficado no ano amaldiçoado». (FRANÇA, 1989, p. 51-52)

Por sua vez, no século XIX, os comerciantes e agricultores portugueses radicados no Maranhão, enriquecidos com a exportação do arroz e algodão, além de construírem sobrados e solares em estilo pombalino, também importavam os costumes e a moda de vestir da metrópole e da cidade do Porto.

A importação da técnica construtiva pombalina para São Luís acontece no final do século XVIII e durante o século XIX, com a necessidade de se construir com rapidez prédios para atender a demanda de habitações e comércios, provocada pelo crescimento acelerado da cidade, em consequência do enriquecimento econômico da região. O inovador sistema de pré-fabricação utilizado na Baixa Pombalina foi o modelo escolhido pelos ricos comerciantes e produtores rurais para as novas edificações de seus sobrados e solares.

A importação da técnica pombalina foi facilitada, porque a cidade portuária de São Luís, na época, mantinha um estreito laço com a metrópole portuguesa, por meio de um intenso tráfego dos navios que levavam a produção do algodão e arroz. O Maranhão e o Pará se comunicavam mais com Lisboa do que com o resto do Brasil, pois, segundo Southey (1862) relata, era “tão difícil a navegação d'esta costa do norte para o sul, vindo em direção contrária o vento e a corrente, que mais fácil é ir do Pará ou Maranhão a Lisboa do que por mar ao Rio ou a Bahia” (SOUTHEY, 1862, p. 383). Assim, de acordo com Southey, construíam-se, em São Luís, edificações à semelhança da arquitetura lusitana, sobretudo daquela historicamente designada como pombalina.

A estreita relação do Maranhão com a metrópole, assim como as províncias do Grão-Pará e Rio Negro (atual Amazonas), é notória nos séculos XVIII e XIX, pois “ainda na época da colônia já constituíam um território autônomo com relações diretas com Lisboa, provavelmente seriam as últimas a se desligar de Portugal” (GOMES, 2010, p. 320). O Maranhão foi um dos últimos a aderir à independência do Brasil em 1822, pois

a região Norte, Pará e Maranhão se mantiveram fiéis aos portugueses. Por alguns meses, obedecendo às ordens das cortes de Lisboa, ambas as províncias chegaram a se declarar separadas do restante do Brasil e ligadas diretamente a Portugal [...] Em 17 de novembro de 1822, mais de dois meses após a Proclamação da Independência, a Junta Provisória do Maranhão anunciou que se manteria fiel a Portugal, sem aderir à causa de D. Pedro I (GOMES, 2010, p. 33).

Somente no dia 28 de julho de 1823, sobre a pressão do exército brasileiro, a Junta de Governo do Maranhão declarou a adesão da província ao império do Brasil. Mesmo assim os laços comerciais e socioculturais se mantiveram com a metrópole portuguesa por alguns anos.

Para se entender o que acontecia naqueles anos conturbados, um mapa pode ajudar. Localizado no extremo Norte, o Maranhão vivia isolado da longínqua capital, o Rio de Janeiro. Lisboa, ao contrário, era logo ali. Pelo mar, ficava bem mais perto que o Sudeste. E não só do ponto de vista geográfico, mas também por laços econômicos e políticos, os maranhenses tinham motivos para resistir à incorporação de sua província às demais, já convertidas à independência (GALVES, 2008).

Para melhor entender como as concepções da arquitetura pombalina estão presentes em muitos aspectos do centro histórico de São Luís (Figura 2), faz-se uma breve descrição sobre alguns elementos do sistema construtivo concebido para a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, comparando-o às edificações de São Luís: primeiramente, o Marquês de Pombal nomeia o engenheiro-mor Manuel da Maia como chefe da equipe escolhida para executar o plano de reconstrução de Lisboa e constitui o gabinete de trabalho denominado Casa do Risco das Reais Obras Públicas de Lisboa.

Em 1756, a equipe técnica, chefiada pelo engenheiro Manuel da Maia e formada pelos arquitetos Eugénio Santos e Carlos Mardel, apresentou várias hipóteses e

recomendações técnicas para que fosse escolhida a proposta urbanística que melhor atendia aos critérios estabelecidos pelo reino.

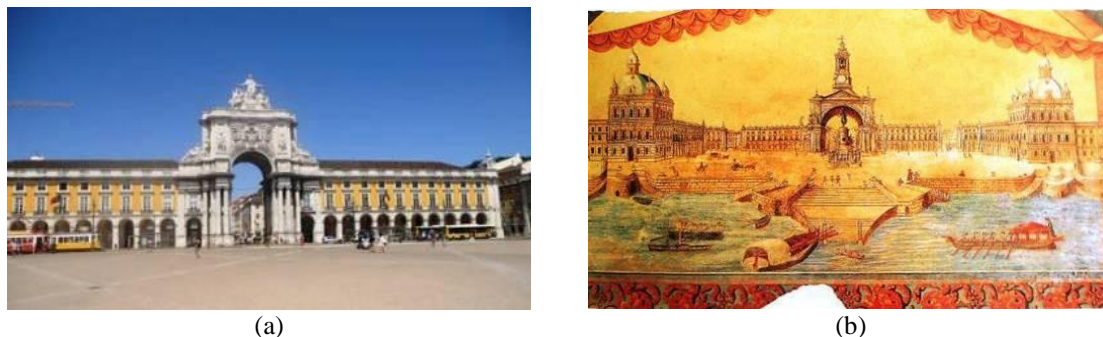


Figura 2. (a) Terreiro do Paço – Lisboa, 2011; (b) Terreiro do Paço (Lisboa) – Painel encontrado em sobrado de São Luís do Maranhão. Fotos: Margareth Figueiredo.

Em 12 de maio de 1758, o Gabinete Técnico da Casa do Risco das Reais Obras Públicas de Lisboa estabeleceu o “Plano Regulador” que norteava todas as obras de recuperação urbanística de Lisboa. O Plano Regulador determinou a obrigatoriedade de edificar as novas construções conforme as regras estabelecidas.

Entre a documentação produzida pela Casa do Risco das Reais Obras Públicas de Lisboa para as novas construções, encontra-se o Cartulário Pombalino (1758-1864), que é um conjunto de 70 prospectos (alçados) complementado por um índice manuscrito, contendo as soluções arquitetônicas de fachadas para determinadas ruas.

Trata-se, portanto, de um conjunto de 70 alçados para a reconstrução da cidade de Lisboa, segundo as directivas programáticas do Marquês de Pombal [...]. Os desenhos, sobre papel de boa qualidade, a tinta da china e por vezes também a aguarela, referem-se às fachadas dos prédios de rendimento a distribuir ao longo das ruas a reconstruir. O modelo é sempre o mesmo: edificios de quatro pisos (loja, andar com varandas, andares com janelas de peito e águas furtadas), cuja riqueza de pormenores vai variando consoante se destinem as ruas principais ou secundárias. Quase todos os desenhos possuem um título, ao cimo, que indica a zona por onde devem ser aplicados os modelos que representam, e legendas explicativas de variados pormenores nos locais em que são necessárias (LISBOA, 2005a, p. 18).

O Plano urbanístico escolhido previa reconstruir a Baixa sobre os escombros da cidade antiga, porém com um novo traçado ortogonal, de autoria dos arquitetos Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, apresentando ruas largas, edificações com estrutura resistente a sismo, alinhamento das fachadas, instalação de esgotos e outras medidas técnicas que garantissem a rapidez das construções. Uma nova proposta para a

cidade, bem diferente do emaranhado de ruas tortuosas existentes antes do terremoto. Por uma coincidência histórica, São Luís na época já apresentava, desde 1615, uma malha ortogonal favorecendo, portanto, a adaptação da tipologia arquitetônica pombalina (Figura 3).

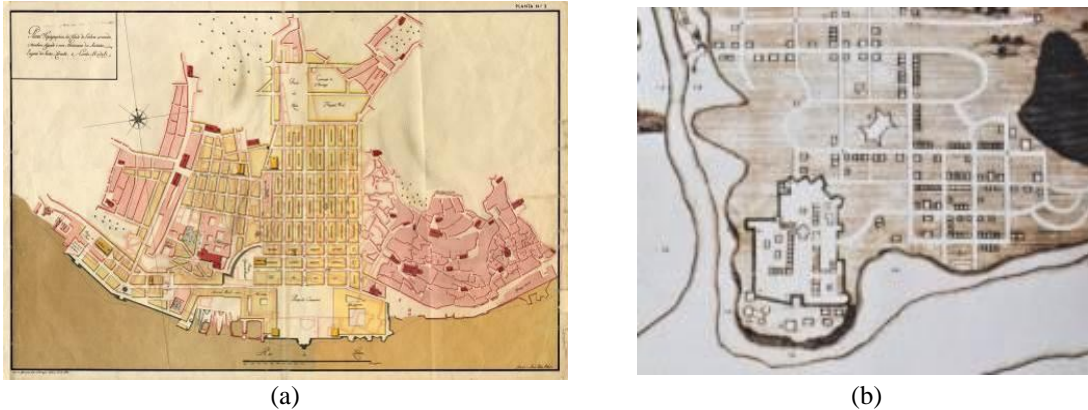


Figura 3. (a) Traçado ortogonal da Baixa Pombalina, (1756); (b) Malha ortogonal de São Luís, (1615). Fontes: (a) Museu da Cidade – Lisboa; (b) Arquivo da SPC.

Além do inovador plano urbanístico para a época, as edificações pombalinas apresentavam outras características avançadas como, por exemplo, projetos arquitetônicos destacam-se as medidas de segurança contra sismos, canalização da rede de esgotos e a padronização e modulação do edifício para permitir a agilidade da construção, promovida pela introdução de muitos elementos arquitetônicos pré-fabricados, como os madeiramentos e carpintarias (estrutura de gaiola e telhado), as ferragens, as vergas e ombreiras em pedra lioz.

Na proposta final aprovada para as construções pombalinas, os edifícios tinham cinco pavimentos, o que incluía um sótão, sendo o pavimento térreo destinado ao comércio e os pavimentos superiores ao uso residencial, com acesso de uma escada comum a mais de uma habitação. Os imóveis tinham alinhamento nos limites frontais e laterais do lote, e internamente eram voltados para uma única área livre (comum a todos) ao meio da quadra. Dessa forma, o rigor tipológico deveria ser mantido. Assim,

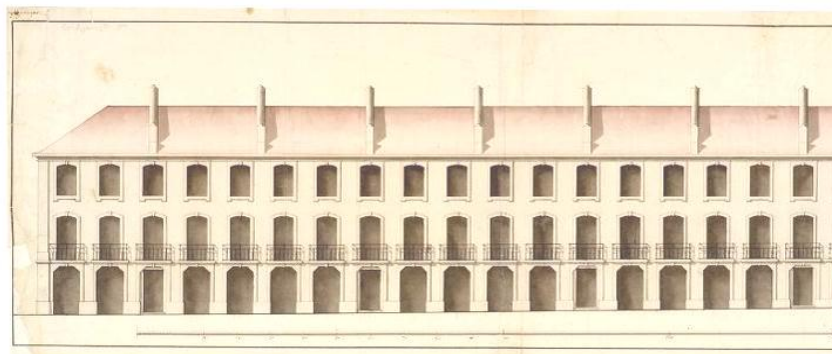
nenhuma fantasia é deixada aos construtores — e em 16 de Junho de 1759 um alvará proíbe degraus, consolas, mísulas, gelosias, argolas para prender os cavalos, [...]. Igualmente os interiores são estritamente programados, sem pátios, com pequeno átrio e escadas estreitas, e os apartamentos nus, sem chaminés, salvo a da cozinha, são mal distribuídos, sem corredor — nem retretes. (FRANÇA, 1989, p. 41-42)

A uniformidade do número de pavimentos por quadra, somada a um ritmo modulado de cheios e envasaduras dos vãos de portas e janelas, faz as edificações pombalinas não se sobressaírem individualmente, resultando em quarteirões com volumetrias uniformes (Figura 4a). O edifício pombalino “é uma abstracção no conjunto, em que este somente conta: o conceito de prédio deve ceder aqui lugar ao conceito de bloco, ou quarteirão, com a sua unidade programada [...]” (FRANÇA, 1989, p. 43).

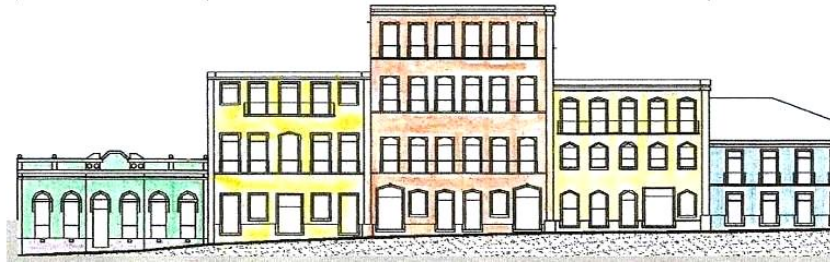
O acervo arquitetônico do centro histórico de São Luís apresenta também o alinhamento dos imóveis nos limites frontais e laterais do lote, assim como a composição de fachada semelhante à modulação pombalina, na abertura e ritmo das envasaduras dos vãos de portas e janelas. No entanto, não apresenta a uniformidade de volumetria das quadras da Baixa Pombalina, devido à diversidade do número de pavimentos dos imóveis por quadra. Em São Luís, a maioria das edificações possui dois ou três pavimentos, registrando-se pouquíssimos sobrados com quatro pavimentos. Desse modo, um sobrado de dois pavimentos pode ter ao seu lado outro de três pavimentos ou mesmo uma edificação térrea (Figura 4b).

Em termos de instalações prediais, as edificações de São Luís não tiveram o mesmo tratamento de galerias de esgotos aplicados às construções pombalinas (Figura 5a) desde o início do plano no século XVIII. Em São Luís, só foram feitas, na época, galerias de águas pluviais (Figura 5b). O escoamento dos esgotos por galeria só foi implantado, em São Luís, no começo do século XX.

Quanto à técnica construtiva das paredes estruturais, as edificações da Baixa Pombalina utilizam uma armação do tipo gaiola, constituindo-se por um esqueleto de madeira, formado por peças verticais e horizontais (prumos e travessanhos) e peças em diagonal, formado por várias cruces de Santo André (Figura 6).

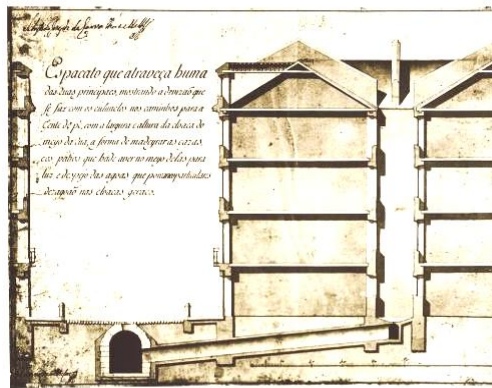


(a)



(b)

Figura 4. (a) Quarteirões pombalinos apresentam volumetrias uniformes; (b) Conjunto arquitetônico de São Luís apresenta quarteirões com volumetrias em alturas variadas. Fontes: (a) Foto nº. 97 do CD do livro Lisboa (2005b); (b) Figueiredo (2006, p. 115).



(a)



(b)

Figura 5. (a) Rede subterrânea de esgotos das edificações pombalinas; (b) Galeria subterrânea de águas pluviais do centro histórico de São Luís. Fontes: (a) Foto nº. 150 do CD do livro Lisboa (2005b); (b) Foto Edgar Rocha.

A influência da arquitetura pombalina foi marcante na cidade de São Luís, pois embora não houvesse risco de terremoto, o sistema construtivo do tipo gaiola, com amarração em cruz de Santo André (Figura 6a e 6c), foi bastante utilizado nas alvenarias dos pavimentos superiores. À semelhança das edificações da Baixa Pombalina, em São Luís, o pavimento térreo é formado por paredes-mestras, em pedra argamassada com areia e cal, e pilares ligados por arcos, não sendo identificado nenhum caso com abóbadas (Figura 6d).

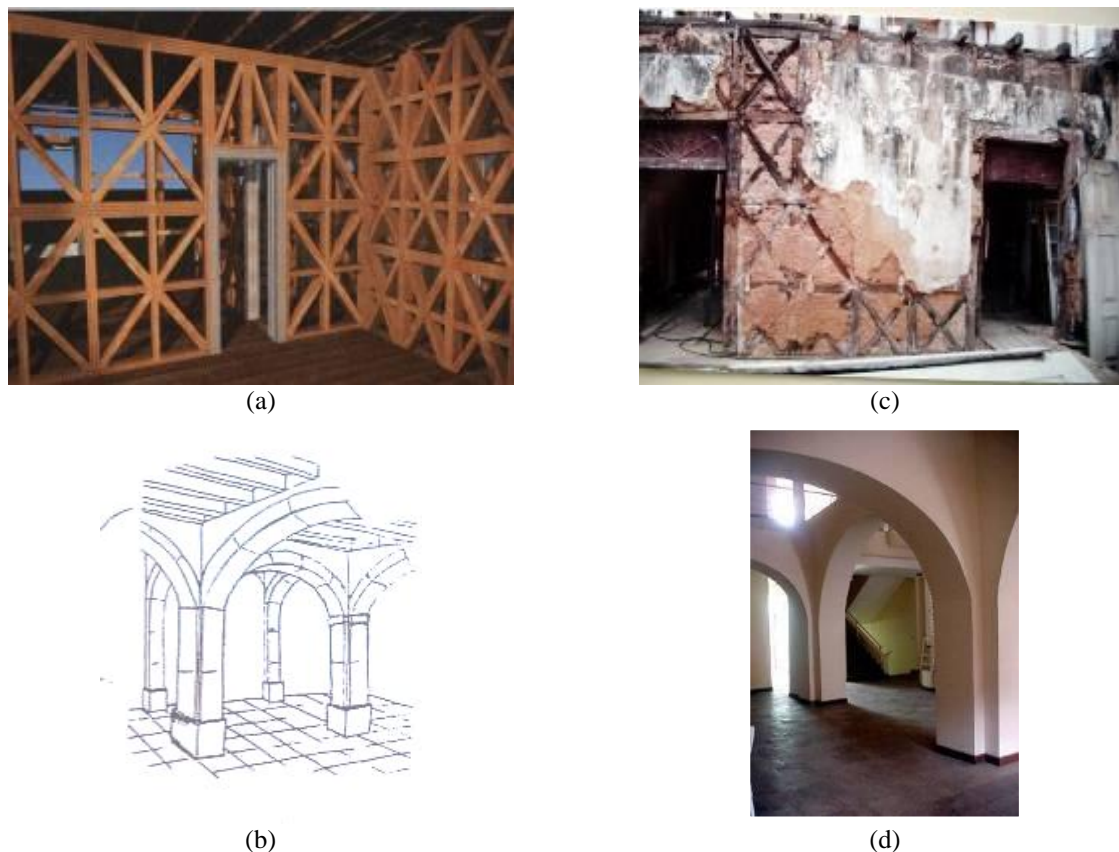


Figura 6. (a) Gaiola pombalina em Lisboa; (b) Abóbadas no pavimento térreo, em Lisboa; (c) Gaiola Pombalina, em São Luís; (d) Arcos no pavimento térreo em São Luís. Fontes: (a) Cóias, (2007); (b) Mascarenhas, (2005); (c) e (d) SPC/MA.

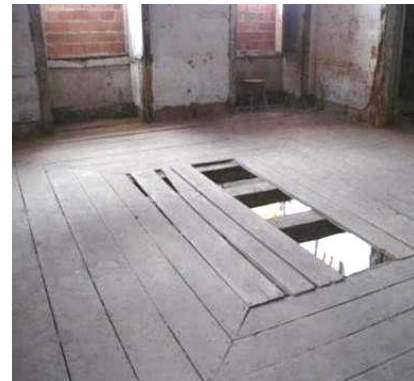
A partir do primeiro andar, as paredes não possuem uma grade de madeira voltada para o lado interno da edificação, como acontece no edifício pombalino, que servia para fazer o travamento dos pisos e o encaixe com as paredes internas do sistema de gaiola. Esse travamento dos pisos, em São Luís, é feito com grandes barrotes de madeira (suporte para o assoalho) engastados diretamente na parede (Figura 7).

Um dos princípios do plano de Manuel da Maia e de sua equipe revela a preocupação com a rapidez da reconstrução da Baixa, que tem como soluções de agilidade a pré-fabricação e a modulação dos edifícios, predominando o equilíbrio entre cheios e envasaduras (Figura 8). A ideia inovadora era produzir algumas peças que seriam pré-fabricadas, com medidas padronizadas, em oficinas espalhadas pela redondeza. Tanto para o traçado da malha urbana como para a modulação das fachadas dos edifícios, a unidade de medida escolhida foi o palmo (aproximadamente 22,5cm), na qual se baseavam também as peças pré-fabricadas. Entre os elementos pré-fabricados, estão as peças de carpintaria formadoras da estrutura de gaiola e coberturas,

as cantarias e as peças metálicas dos guarda-corpos das escadas, que eram fabricados em blocos e depois fundidos para formar uma peça única.



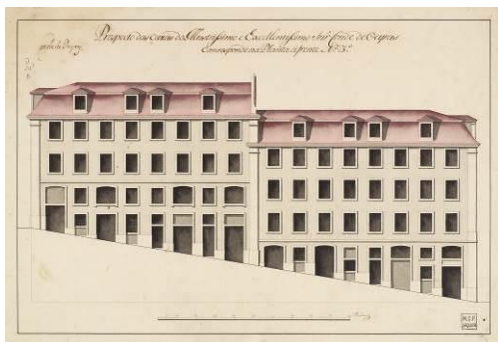
(a)



(b)

Figura 7. (a) Barrotes para sustentação do assoalho; (b) Assoalho sobre barrotes. Fotos: Margareth Figueiredo.

Algumas soluções pombalinas relacionadas com a modulação são incorporadas nas edificações de São Luís, como ocorrem nas aberturas dos vãos de portas e janelas, que mantêm um ritmo de cheios e envasaduras harmonioso. É muito constante, em São Luís, nos sobrados, solares e moradas térreas dessa época, a presença de elementos arquitetônicos em cantaria de lioz, dimensionados com medidas padronizadas, importados em navios procedentes de Lisboa, tais como: ombreiras, vergas de portas, portadas ornamentadas, socos, cunhais, além de peças avulsas que foram utilizadas como meios-fios e pavimentação de passeios e calçadas. Toda a serralharia e ferragem seguem o mesmo padrão ou modelos utilizados nas edificações pombalinas.



(a)



(b)

Figura 8. (a) Modulação e equilíbrio dos cheios e envasaduras, na Baixa Pombalina; (b) Modulação e equilíbrio entre cheios e envasaduras, em São Luís. Fontes: (a) prospectos do Cartulário Pombalino, Lisboa, (2005a); (b) Foto: Margareth Figueiredo.

O sistema construtivo pombalino também foi utilizado em outras áreas de Lisboa e principalmente na cidade portuguesa de Vila Real de Santo António, que teve o núcleo urbano e arquitetônico planejado e construído “como uma das formas de reorganizar o país através do desenvolvimento industrial ligado ao sector das pescas e do controle aduaneiro” (MASCARENHAS, 2005, p. 203). O sistema pombalino só caiu em desuso no final do século XIX após a introdução de novos materiais estruturais, como o ferro e o concreto armado.

Em São Luís, além da arquitetura pombalina que influenciou a composição da fachada principal, destaca-se também que outras influências arquitetônicas, trazidas com os imigrantes das regiões das Beiras, Trás-os-Montes e Norte de Portugal, contribuíram para compor a tipologia das construções maranhenses, principalmente na forma da distribuição interna dos ambientes e no fechamento do avarandado da fachada posterior.

Referências

- CÓIAS, V. *Reabilitação estrutural de edifícios antigos: alvenaria, madeira: técnicas pouco intrusivas*. 2. ed. Lisboa: Argumentum, 2007.
- FIDALGO, Andreia; GRILO, Márcia Luísa; SANTOS, Marco Sousa. *Vila Real de Santo António e o urbanismo iluminista*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2010.
- FIGUEIREDO, M. *Espelho do tempo: conservação da autenticidade do espaço público dos conjuntos patrimoniais edificados: o caso do centro histórico de São Luís*. (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Urbano.) Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.
- FRANÇA, J. A. *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina*. 3. ed. Lisboa: Biblioteca Breve, Instituto de Língua Portuguesa, 1989.
- GALVES, M. C. Independência é traição. *Revista de História*, 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/independencia-e-traicao>>. Acesso em: 27 fev. 2014.
- GOMES, L. *1822*. 2. ed. Porto: Porto, 2010.
- LISBOA. *Cartulário pombalino: coleção de 70 prospectos (1758-1846)*. Lisboa: Arquivo Municipal, 2005a.
- LISBOA. *Lisboa 1758: o Plano da Baixa hoje*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2005b.
- MASCARENHAS, J. *Sistemas de construção V: o edifício de rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa, processo evolutivo dos edifícios; inovações técnicas; sistema construtivo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- MONTEIRO, C. de Do Plano de Reconstrução de 1758 à Revitalização do Século XXI. In *Lisboa 1758 O Plano da Baixa hoje*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p.82-125, 2005.
- MOTA, Nelson. *A arquitectura do quotidiano: privado e público no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Arquitectura – Território e Memória. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006.
- ROSSA, W. No 1º Plano. *Lisboa 1758: o Plano da Baixa hoje*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. p. 24-81, 2005.

SOUTHEY, Robert. *Historia do Brazil*. v. 4. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1862.
Venâncio, L. & Figueiredo, M.. A influência pombalina nas edificações dos centros históricos de São Luís e Alcântara: um estudo a partir dos sistemas construtivos. Comunicação apresentada no X Seminário Terra Brasil, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, São Luís, 2008.

Minicurrículo

Margareth Figueiredo é arquiteta, doutora em Engenharia Civil pela Universidade de Aveiro, Portugal. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (Uema).